


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000467-20.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Embargante: **Bruno Carlos da Cruz**  
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, nos quais o embargante alega que é proprietário da motocicleta descrita na inicial, a tendo adquirido em dezembro de 2012, sendo indevida a sua penhora, já que não é parte no processo executivo, estando de boa-fé.

A embargada apresentou manifestação, reconhecendo a procedência do pedido, com ressalva à condenação em honorários.

**É O RELATÓRIO.**
**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido merece acolhimento, pois houve expresse reconhecimento por parte da embargada, uma vez que, de fato, o veículo foi adquirido pelo embargante antes da inclusão do sócio no polo passivo da execução.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e procedente o pedido, com fundamento no artigo, 487, I, do CPC, para o fim de determinar que seja levantada a constrição que recai sobre veículo aqui reivindicado, procedendo-se pelo sistema RENAJUD, se viável.

Pelo princípio da causalidade, tendo em vista que a embargada não tinha como saber da propriedade exercida pelo embargante, já que não transferiu o bem para o seu nome, deixo de a condenar nos ônus da sucumbência.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 30 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**  
**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**